



12650451



08000.034388/2020-14



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Subsolo do Anexo II, - Bairro Zona Cívica Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900  
Telefone: (61) 2025-3355 e Fax: @fax\_unidade@ - <https://www.justica.gov.br>

## ESTUDOS PRELIMINARES

### 1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. Cuida-se de estudos preliminares relativos à contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT para a prestação dos serviços de coleta e entrega de correspondência, nos âmbitos nacional e internacional, por via terrestre e aérea (serviços postais e telemáticos), para atender às demandas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), de acordo com as especificações e condições contidas neste Estudo Preliminar.

1.2. Os serviços prestados com exclusividade pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), serão contratados por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da Lei 8.666/93, conforme texto abaixo transcrito: De acordo com a Constituição Federal:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis."

1.3. A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978 – Dispõe sobre os Serviços Postais, art. 2º, o qual menciona:

"Art. 2º - O serviço postal e o serviço de telegrama são explorados pela União, através de empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações.

§ 1º - Compreende-se no objeto da empresa exploradora dos serviços:

- a) planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- b) explorar atividades correlatas;
- c) promover a formação e o treinamento de pessoal sério ao desempenho de suas atribuições;
- d) exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações."

1.4. O Decreto nº 8016, de 17 de maio de 2013 – Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em seu art 4º aponta:

"Art. 4º A ECT tem por objeto social, nos termos da lei:

- I - planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- II - explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;
- III - explorar atividades correlatas; e
- IV - exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

§ 1º A ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os [incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978](#), conforme [inciso X do caput do art. 21 da Constituição](#).

§ 2º A ECT, atendendo a conveniências técnicas e econômicas, e sem prejuízo de suas atribuições e responsabilidades, poderá celebrar contratos e convênios para assegurar a prestação de serviços.

§ 3º A ECT, no exercício de sua função social, é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços postais e telegráficos, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério das Comunicações.

1.5. Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018 - dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

1.6. Instrução Normativa nº 01/2010: dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

1.7. Instrução Normativa nº 05/2017, de 26 de maio de 2017 - dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.8. Instrução Normativa nº 40/2020, de 22 de maio de 2020 - dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

1.9. Atualmente esses serviços são prestados pela mesma empresa, nos termos do Contrato nº 06/2017 (3933775), que deverá ser rescindido mediante a implantação de nova política comercial dos Correios, conforme comunicado por meio do Ofício nº 15676276/2020 - GERCC-SE-BSB (12246041), no qual é informado que os serviços prestados farão parte de um único pacote de serviços com contrapartidas, benefícios e venda de produtos bem como as regras para a categorização dos clientes com contrato comercial com os Correios.

1.10. A pretendida contratação encontra-se necessariamente alinhada com o Planejamento Estratégico do MJSP, conforme demonstrado na planilha de histórico de consumo por valor 12310961, o Departamento de Recuperação de Ativos Internacionais foi responsável por de 79,26% da utilização do saldo contratual no ano de 2019. O encaminhamento de documentos a governos de diversos países visando a inibição da lavagem de dinheiro internacional auxilia diretamente na cooperação internacional e no combate à corrupção. Podemos observar, também, que a Secretaria Nacional de Segurança Pública utilizou 8,25% do saldo, desta forma contribuindo para a comunicação entre órgãos de Segurança Pública.

1.11. Conforme consta no Documento de Formalização da Demanda - DFD (12273786), a previsão para início da prestação do serviço é o dia 02/02/2021.

1.12. Ante o exposto, fica claramente demonstrada a necessidade contratação a fim de prover o MJSP com os serviços essenciais à consecução de sua comunicação institucional.

## **2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

2.1. De início, cumpre ressaltar que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos- ECT, é uma empresa pública federal e presta, exclusivamente e em regime de monopólio, serviços postais e telemáticos.

### **2.2. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:**

2.1.1 Os Correios - ECT, prestam, exclusivamente e em regime de monopólio, serviços postais e telemáticos, conforme disposto na Constituição Federal em seus art. 21, inciso X. e disposições da Lei 6.538/78.

### **2.3. Justificativa quanto à natureza continuada ou não do serviço:**

2.3.1. Consoante art. 15 da IN 05/2017, trata-se de contratação de serviço continuado, uma vez que o objeto da contratação é essencial para manter o funcionamento das atividades finalísticas do Órgão, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua por mais de um exercício financeiro, e sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

### **2.4. Duração inicial do contrato:**

2.4.1. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o limite de 60 meses, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

### **2.5. Necessidade de transição contratual:**

2.5.1. Não haverá transição contratual para transferências de conhecimentos, tecnologias, tampouco técnicas empregadas.

## **3. LEVANTAMENTO DO MERCADO**

3.1. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do Decreto - Lei nº. 509, de 20/03/69, denominada simplesmente ECT, presta, exclusivamente e em regime de monopólio, serviços postais e telemáticos, conforme disposto na Constituição Federal em seus art. 21, inciso X. e disposições da Lei 6.538/78 que disciplina os serviços postais, nos seus arts 7º e 9º.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

4.1. A solução consiste em contratação dos serviços prestados com exclusividade pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que serão contratados por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

4.2. Os serviços consistem na coleta, remessa e entrega de correspondências dos serviços contratados, especificamente serviços postais e telemáticos, nas modalidades nacional e internacional.

4.3. A Contratada deve prestar o serviço com qualidade, cumprindo os prazos e prezando pela integridade, inviolabilidade e preservação das correspondências do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4.4. É de responsabilidade da Contratada o ressarcimento de prejuízos causados à Administração decorrentes da prestação dos serviços conforme condições estipuladas no Termo de Condições para Registro de Manifestações (12246172).

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. O contrato com os Correios trata-se de contrato por demanda, o Núcleo Postal precisa ser provocado por meio do SEI, ou outros meios, para que haja expedição. Desta forma, a quantidade de bens e serviços a ser contratada é de difícil previsibilidade. Foi acostado aos autos planilhas com histórico de consumo por valor (12310961) e por produto (12311988) do Contrato nº 06/2017 e de histórico de demandas de expedições realizadas desde janeiro de 2019 visando embasamento para estimativa de produtos a serem contratados.

5.2. A tabela abaixo refere-se aos valores utilizados no contrato nº 06/2017:

MÊS	VALOR
jan/19	R\$ 58.756,95
fev/19	R\$ 33.660,18
mar/19	R\$ 50.393,89
abr/19	R\$ 64.517,15
mai/19	R\$ 69.360,30
jun/19	R\$ 66.224,50
jul/19	R\$ 73.448,80
ago/19	R\$ 72.862,10
set/19	R\$ 72.583,05
out/19	R\$ 62.182,15
nov/19	R\$ 51.585,55
dez/19	R\$ 46.277,95
jan/20	R\$ 54.428,10
fev/20	R\$ 24.060,09
mar/20	R\$ 50.461,20
abr/20	R\$ 20.512,05
mai/20	R\$ 19.355,25
jun/20	R\$ 13.938,90
<b>MÉDIA</b>	<b>R\$ 50.261,56</b>
<b>MÉDIA DE 2019</b>	<b>R\$ 56.720,13</b>

5.3. A tabela abaixo refere-se a quantidade dos serviços mais utilizados no contrato nº 06/2017:

MÊS	TIPO DE SERVIÇO			
	Carta Comercial	Carta via internet	EMS	Mensagem exportação
jan/19	1.628	214	301	22
fev/19	1.627	255	347	11
mar/19	1.283	199	259	14
abr/19	1.414	224	358	13
mai/19	1.321	495	384	25
jun/19	1.208	540	370	14
jul/19	1.431	709	371	34
ago/19	1.307	1.097	334	24
set/19	1.136	830	363	29
out/19	1.188	1.009	302	18
nov/19	1.144	460	260	23

dez/19	868	303	260	27
jan/20	1.328	282	250	25
fev/20	896	219	151	10
mar/20	1.341	148	185	39
abr/20	1.212	116	0	14
mai/20	1.080	219	0	3
jun/20	974	183	0	0
jul/20	653	93	230	1
<b>TOTAL</b>	<b>23.039</b>	<b>7.595</b>	<b>4.725</b>	<b>346</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>1.213</b>	<b>400</b>	<b>249</b>	<b>18</b>
<b>MÉDIA DE 2019</b>	<b>1.296</b>	<b>528</b>	<b>326</b>	<b>21</b>

5.4. Os demais serviços são de contratação esporádica, a saber, o serviço de Sedex Mundi foi utilizado apenas 5 vezes e o de Correio Híbrido Internacional 8 vezes durante todo o período analisado na tabela.

5.5. Nas tabelas há destaque para a média de 2019, pois as solicitações de expedições demandadas ao Núcleo Postal durante este período mostram-se mais próximas às demandas usuais, pois devido à pandemia, a quantidade de expedições solicitadas ao Núcleo Postal caiu consideravelmente do mês de fevereiro de 2020 em diante.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Devido a reformulação de política comercial dos Correios, a contratação dar-se-á por meio de adesão a pacote de produtos e serviços, conforme disposto no Termo de Condições Comerciais (12246091). Os serviços prestados no contrato fazem parte de um único pacote de serviços com contrapartidas e benefícios específicos, que permite a compra e utilização dos serviços. Com base no histórico de faturamento de 2019 12310961 o pacote que mais se adequou ao perfil foi o **Platinum-2 de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mensais**, este valor será o valor mínimo a ser pago e caso o órgão utilize serviços superiores ao estipulado no pacote contratado, pagará apenas o valor correspondente dos serviços/produtos excedidos.

6.2. A estimativa do valor da contratação é de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Neste caso em particular, o não parcelamento decorre da prerrogativa legal de prestação exclusiva e em regime de monopólio dos serviços pela ECT, inviabilizando na prática o parcelamento da solução.

## 8. IDENTIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Atualmente está vigente o Contrato nº 6/2017 (3933775). Este contrato será substituído por um novo ao final do presente processo administrativo.

8.2. Recentemente o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN realizou nova contratação da ECT em decorrência da nova política comercial, conforme disposto no processo nº 08016.001756/2020-61.

## 9. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. A contratação pretendida está prevista no Plano Anual de Contratações, item nº 514 (<https://legado.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pac/2020/collective-nitf-content/pac-2020.pdf>).

## 10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. O resultado que se pretende obter, como já aventado anteriormente, é a manutenção da comunicação institucional do MJSP sem solução alternativa devido à exclusividade dos serviços prestados em regime de monopólio pela ECT.

10.2. O serviço de correspondência caracteriza-se como serviço acessório essencial à atividade finalística do Órgão, razão pela qual a sua contratação é de suma importância.

#### 11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1. Não há necessidade de adequações ao ambiente do órgão para a execução do serviço que se pretende contratar.

#### 12. DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. Não há previsão de geração de impactos ambientais decorrentes da contratação pleiteada em tela.

#### 13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Consoante ao exposto, a contratação é imprescindível para a manutenção da comunicação institucional das Unidades desta Pasta. Além de viável, configura-se como única alternativa devido à exclusividade dos serviços prestados em regime de monopólio. Dessa forma, não há outra solução técnica e economicamente viável que atinja o objetivo.

13.2. Assim sendo, declaramos que a contratação é plenamente viável.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA CHAVES VIDAL, Coordenador(a)-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais**, em 21/09/2020, às 17:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA SALIM SILVEIRA SIMÕES, Chefe do Núcleo Postal**, em 21/09/2020, às 17:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12650451** e o código CRC **F9F1E479**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.